

Pacote e Constituição são temas inadiáveis

BRASÍLIA — O novo pacote econômico baixado ontem pelo Governo e a revisão da Constituição são os temas de que os novos deputados e senadores terão de tratar imediatamente. O Congresso Nacional terá que decidir se antecipará ou não a revisão do texto constitucional, afirmam os virtuais Presidentes da Câmara e do Senado, Deputado Ibsen Pinheiro (PMDB-RS) e Senador Mauro Benevides (PMDB-CE), que pretendem incluir o tema já na pauta da primeira reunião de líderes.



— Esse ponto é fundamental para que possamos organizar os projetos prioritários antes de iniciarmos a revisão constitucional — disse Ibsen, que amanhã deverá ser eleito Presidente da Câmara.

Aliada à discussão da revisão constitucional, os partidos terão de decidir o que fazer com a nova medida provisória sobre salários. A Medida 292, que teve seus efeitos suspensos pelo Supremo Tribunal Federal (STF), vencerá no dia 3 de fevereiro. A Oposição tentou rejeitar a Medida três vezes esta semana, mas o Governo mais de uma vez retirou seus parlamentares de plenário para evitar nova derrota.

O caos da edição e reedição de medidas provisórias é considerado tão importante para a votação no Congresso quanto a nova política salarial. Ibsen Pinheiro garantiu ao Deputado Nelson Jobim (PMDB-RS) que a regulamentação das medidas provisórias será matéria prioritária. Jobim é autor de um projeto de lei que regulamenta a edição de medidas provisórias. A sua proposta chegou ao plenário mais de três vezes nesta legislatura, mas o Governo sempre procurou retardar a análise. O Deputado eleito Miguel Arraes (PSB-PE) disse que sem disciplina das medidas haverá graves distorções no regime democrático.

O virtual Presidente do Sena-

do, Mauro Benevides, responsável pela organização da pauta do Congresso, disse que no Senado também há grande preocupação com a regulamentação das medidas provisórias. As medidas têm evitado também a apreciação dos vetos presidenciais aos projetos aprovados pelo Congresso.

Na fila dos vetos que não foram discutidos estão a lei de custeio e benefícios da Seguridade Social, a lei orgânica da saúde, a lei agrícola e a lei salarial que prevê a prefixação mensal do índice de inflação para efeito de correção dos vencimentos dos trabalhadores. Todos esses temas são considerados prioritários.

Na esteira das prioridades, os parlamentares terão que definir também os projetos de lei que deverão entrar em votação. Hoje, há mais de quatro mil projetos só na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara, a primeira a analisar as propostas. Ibsen Pinheiro disse que a idéia não é “entulhar” a pauta com projetos sem importância. Disse que a pauta mensal deverá ser pequena, mas ter qualidade.

— Não podemos encher a pauta de projetos como os do dia do forró, da lei do presunto e outras matérias exóticas que entraram em discussão no ano passado. Vamos ter uma pauta pequena, mas com prioridades. Uma delas é a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, um projeto que o Congresso já deveria ter votado, mas que até agora não o fez — afirmou.

No Senado, cujo volume de projetos é menor, a prioridade deverá ser o projeto do Senador Fernando Henrique Cardoso (PSDB-SP), sobre a participação dos trabalhadores no lucro das empresas. Segundo Mauro Benevides, só falta a boa vontade dos líderes para o projeto tramitar com rapidez nas comissões da Casa.

A partir da página 24 a cobertura das novas medidas econômicas
